Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo **Class.:** ET5R0047

Data 27 de agosto de 1980 **Pg.:** 11

Estreito, o lugar onde nasceu a odisséia

Estreito, distrito de Carolina, Maranhão. Aqui, há 10 anos, no dia 1º de setembro de 1970, começaram as obras desta estrada. Os topógrafos e engenheiros instalaram-se a 20 quilômetros de Estreito, na cidade de Porto Franco, tão pobre que seu prefeito andava descalço pelas ruas.

O primeiro trecho da Transamazônica, até Marabá, tem cerca de 300 quilômetros. Por causa das dificuldades de acesso por terra, as máquinas foram até Marabá pelo rio Tocantins, em balsas. Primeiro, porém, as equipes de desmatamento manual tiveram de abrir a estrada de serviço, derrubando as mais gigantescas árvores que jamais haviam visto. Esse foi o primeiro problema.

No dia 1º de setembro de 1970, o Estado de S. Paulo *publicou uma notícia afirmando que "um grupo de engenheiros militares brasileiros está desenvolvendo a idéia de se empregar desfolhantes químicos para acelerar e facilitar os trabalhos de desmatamento das florestas por onde passarão as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém". Dizia ainda que a experiência já fora feita por alguns fazendeiros matogrossenses, com produtos utilizados na guerra do Vietnã — e aprovada, a despeito de suas implicações ecológicas.*

Nunca se soube se esses desfolhantes, como o "agente laranja", foram realmente utilizados, assim como na época não se soube que, com a abertura da estrada, os serviços de informação do Exército acabaram por descobrir nas proximidades de Marabá um núcleo guerrilheiro do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Um desses guerrilheiros, o médico João Carlos Haas Sobrinho, construiu, com a ajuda das autoridades locais, o único hospital de Porto Franco. Um ano depois, morreu num encontro com o Exército.

Hoje, em Porto Franco, ninguém gosta de lembrar essas coisas. Também em Estreito, onde começa a Transamazônica, as preocupações são outras. Chegamos a Estreito no dia 18 de julho, dispostos a transpor a toda a Transamazônica numa Belina da Ford, movida a álcool. O combustível iria numa camioneta Ford F-1000, pois não há álcool ao longo da rodovia, carente até mesmo de postos de gasolina, muitas vezes vendida em latas de 20 litros, a preços exorbitantes.

O delegado de Estreito, Benedito de Sousa Salazar, mostrou muito interesse em nossa missão; ficou surpreso quando soube que se pretendia ir até Lábrea, no Amazonas. Para os habitantes de Estreito, a Transamazônica termina em Marabá. Ninguém imagina o que pode existir além desse ponto, pois ninguém viaja para aqueles lados.

"Ceará", vice-prefeito e dono de uma hospedaria, (também atende pelo nome de Valmir Stebra) garante que a Transamazônica só mudou num ponto a vida dos habitantes de Estreito: como todos os que viajam pela Transamazônica são obrigados a pernoitar ali, eles podem conhecer os forasteiros e informarem-se sobre as coisas do resto no País. Por isso eles são tão curiosos quando estas pessoas chegam. Por isso eles fazem tantas perguntas.

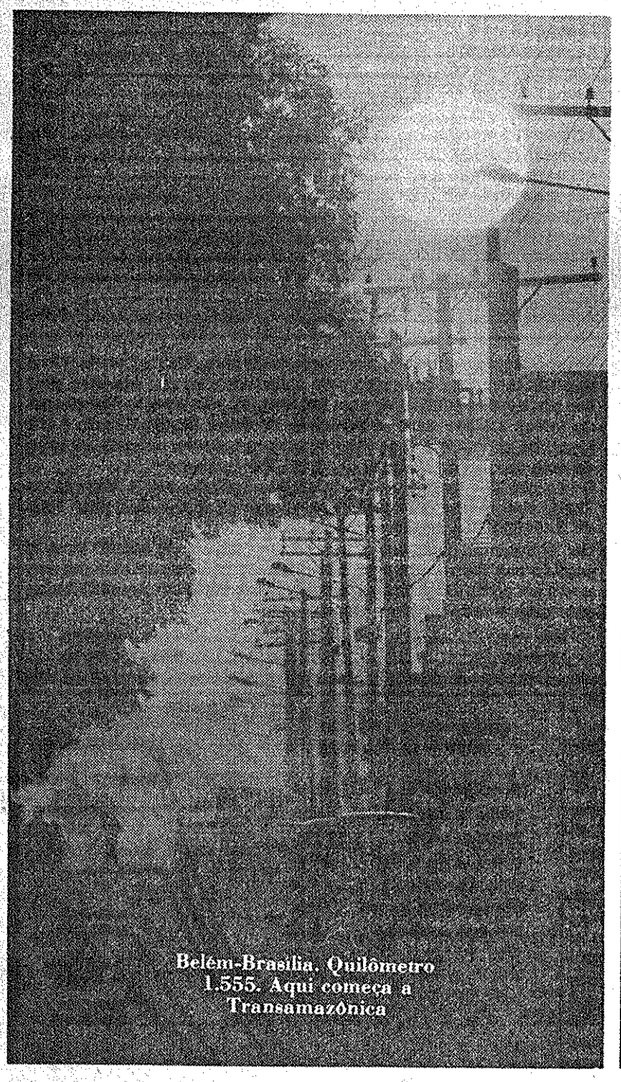
Mas não pernoitamos em Estreito. Tínhamos pressa e seguimos adiante, para desconsolo de "Ceará", que desejava ouvir mais coisas "do Sul". Os colonos pobres do primeiro trecho da Transamazônica olhavam com curiosidade e espanto: poucos automóveis trafegam por essa região inóspita, empoeirada e seca. Estamos ainda na pré-amazônia maranhense. E no árido areal do quilômetro 73 encontramos um dos primeiros colonos nordestinos trazidos pelo Incra.

Tinha 28 anos, mulher e quatro filhos — agora são seis — quando a seca arrasou com sua pequena plantação, no Nordeste. Em 1971, o governo prometeu-lhe fartura e até riqueza na Transamazônica. Plantou arroz, feijão, milho, mandioca, e no primeiro ano colheu alguma coisa. Mas a terra "adoeceu", virou areia e agora não presta para nada. E o pior: cinco parentes, todos casados, com filhos, vieram do Nordeste para morar com ele. Como alimentar tanta gente?

Com Cr$ 7 mil, divididos em sete prestações de Cr$ 1 mil, eles compraram o direito de plantar num pedaço de terra melhor, nove quilômetros adiante. Lá ele planta a sua comida. Todo ano, diz ele com amargura, o Incra envia-lhe a cobrança do imposto sobre a terra: Cr$ 300,00. Resume-se nisto sua relação com este organismo oficial que nove anos atrás, ao trazê-lo, prometeu que o governo daria tudo: assistência técnica, financiamentos, transporte, médico, escolas.

Os homens vão trabalhar na terra distante; ficam aqui, no casebre imundo, as mulheres, as crianças (são mais de 30!) e o velho avô, Raimundo Barbosa da Silva, 66 anos, que divaga sobre a pobreza do solo: "É só areia, meu filho. É terra de tucum rasteiro, areia grossa, palmeirinha. A gente derruba a mata, vai ver não tem barro, é areia só..."

O Incra instalou 3.846 famílias no Projeto Integrado de Colonização de Marabá. Aqui estão as piores terras da Transamazônica, mas a estrada começou a ser aberta aqui e, por isso, os primeiros colonos tiveram a desgraça de serem instalados neste lugar. Mais da metade já abandonou suas terras e voltou para o Nordeste. Outros, depois de muita fome e miséria, deixaram as famílias e foram para os garimpos. Pois ninguém mais fala em plantar e colher nas proximidades de Marabá. Aqui agora só se fala em ouro.



Belém-Brasília. Quilômetro 1.555. Aqui começa a Transamazônica

Um fazendeiro achou ouro nas suas terras, em serra Pelada, e logo o lugar estava cheio de garimpeiros e contrabandistas, mas o **doutor Curió** cedo acabou com a festa. Primeiro ele invadiu a área e apreendeu, dizem, 80 quilos de ouro. Depois foi a Brasília, despejou o tesouro na mesa do presidente da República e conseguiu que o Conselho de Segurança Nacional interviesse na região. Os contrabandistas foram oficialmente expulsos, ninguém mais entra no garimpo a não ser quem já estava lá e só a Caixa Econômica Federal pode comprar o ouro, arrancado da terra à razão de 20 ou 30 quilos por dia, ou 2.159 quilos, equivalente a 45 milhões de dólares, até o dia 31 de julho passado (em dois meses).

Uma figura estranha, esse **doutor Curió**. Uma vez procurou o bispo de Marabá, d. Alano Pena. "Diga a ele que é o **doutor Curió**", disse ele, anunciando-se. "Pois diga a ele que eu não recebo apelidos", respondeu o bispo. Apresentou-se, então, como "major Luchini". Major Marco Antônio Luchini, um homem afável, delicado, pequeno, uns 40 anos, serenamente maquiavélico, que está ali há uns quatro ou cinco anos, morando no quartel dividido pela 23ª Brigada de Infantaria e pelo 52º Batalhão de Infantaria da Selva. Só presta contas a Brasília — ele, que manda e desmanda na vida de Marabá desde que o governo considerou encerrada a campanha militar contra os guerrilheiros do Araguaia.

Uma espécie de Deus acima do bem e do mal. Amado por uns, temido por outros, um ser de imagem ambígua até há pouco tempo. A descoberta de ouro em Serra Pelada foi a grande virada na vida desse personagem misterioso. Por ter provocado a intervenção federal no garimpo, dando assim condições a 20 mil homens de trabalhar sem serem escravizados pelos comerciantes e compradores de ouro, acabou idolatrado por essa pequena comunidade de candidatos à fortuna. O **doutor Curió** é o grande guardião do ouro de Serra Pelada.

Sua história começou assim: era uma vez um mineiro azarado, de nome Genésio Ferreira da Silva, que, após tentar a vida pelos quatro cantos do mundo e ganhar a incômoda alcunha de "O Devedor", esburacou a terra e achou um tijolo de ouro no lugar onde pretendia plantar capim. Feliz achado, para este homem que já fora agricultor em Abaeté, Minas, candango em Brasília, fazendeiro fracassado em Goiás, e, agora, "dono" da maior jazida de outra descoberta no Brasil neste século.

A partir daí a notícia alastrou-se pela região, que se recuperava da enchente dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Marabá estava afundada na miséria trazida pelas águas, crianças morriam de fome e doença, homens desesperados procuravam novos destinos. E o garimpo de Genésio Ferreira da Silva foi subitamente invadido por 20 mil bárbaros dispostos a tudo, inclusive a matar, pelo direito de cavar a terra.

Ele passou a cobrar 5%, 10% e até 50% por esse direito, dependendo da cara, do temperamento e da disposição do garimpeiro. Já prevendo o que poderia acontecer, mandou buscar de longe seu filho Osvaldo, ex-militar da Aeronáutica, piloto, que impôs ao garimpo uma disciplina de quartel: proibiu a entrada de prostitutas e a venda de bebidas alcoólicas. Mas não conseguiu recolher as armas; por isso, quando alguém "bamburrava" (achava um grande filão), os revólveres eram erguidos para o ar e centenas de balas rasgavam o céu.

O mineiro Genésio, cada vez mais prudente, desistiu de garimpar: era mais lucrativo vender equipamentos e comida, a preços exorbitantes para aqueles homens duros. Matou todo o seu pequeno rebanho, para alimentar aquela gente, e construiu com pás e picaretas uma pista de pouso. Para pousar ali, qualquer avião tinha de pagar pedágio.

Os compradores de ouro e contrabandistas chegaram de Itaituba, a sede da Província Aurífera do Tapajós, no quilômetro 1.253 da Transamazônica. Eles voaram quase mil quilômetros para ver o ouro de Serra Pelada e espantaram-se com a riqueza do filão. As autoridades calculam que eles conseguiram levar dali quase uma tonelada e meia do metal. Alguns compradores de ouro, "testas de ferro" de empresas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte, saíram insatisfeitos. Como os lendários **Zé Arara, Puremil e João do Boi** (falaremos sobre estes estranhos personagens, ao longo desta série de reportagens).

Até que o **doutor Curió** acabou com a festa, invertendo a roda da fortuna. Ele chegou a Serra Pelada em março. Afável, cauteloso, fazendo perguntas, pedindo opiniões, fotografando, identificando-se como engenheiro da Docegeo, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce. Depois dele chegou o general Manoel de Jesus e Silva, comandante da 23ª Brigada. Tudo seguiu normal, depois disso.

Até que, em maio, o próprio **Curió**, a polícia federal e o Exército apreenderam todas as balanças em Marabá (o ouro era pesado e comprado em qualquer botequim), reunindo, num saco, toda a produção obtida sem a autorização. Só Genésio, o "dono" do garimpo, teve de entregar 14,4 quilos de ouro, sem contra-recibo; até hoje ele não recebeu o dinheiro verbalmente prometido, mais de Cr$ 10 milhões.

Osvaldo, filho de Genésio, ex-desempregado, hoje dono de automóveis, revendedora de veículos e dois aviões, não esconde sua decepção, mesmo quando elogia essa estranha figura:

— O **doutor Curió** é justo. Um dos últimos cavaleiros da Távola Redonda. Gostam dele como os índios gostam do chefe. Mas meu pai perdeu o direito à terra; e tinha direito adquirido, como posseiro. Desde então só tem ouvido promessas.

Tudo está controlado em Serra Pelada, neste pequeno morro em cujo cimo, numa extensão de apenas quatro quilômetros, 20 mil homens esburacam o chão. O Exército vacinou todos contra possíveis doenças, a Cobal instalou um posto que vende diariamente 13 toneladas de comida, há remédios, quando preciso, e todas as armas foram recolhidas. Aí daquele que agredir o outro: o **doutor Curió**, expulsará o pecador desse paraíso da cobiça.

Só se pode chegar ao garimpo, no maciço da Serra dos Carajás, por avião (está a 80 quilômetros de Marabá, em linha reta), num vôo que dura 20 minutos e custa Cr$ 5 mil, ida e volta. Por terra só quando não chove, por uma estradinha precária, de uns 150 quilômetros. Quem não tiver uma autorização para garimpar (uma carteirinha de identificação), um "salvo-conduto" do Conselho de Segurança Nacional ou uma carta do próprio **doutor Curió**, será barrado e obrigado a voltar sem ao menos ver o garimpo.

Mas há quem consiga vencer esses entraves. Como um comprador de ouro de Itaituba. Deste homem, "testa de ferro" de uma firma paulista, afirma-se (é o que diz, meio bêbado, um de seus empregados) ter conseguido entrar em Serra Pelada toda vez que o **doutor Curió** viaja. O **doutor Curió** é incorruptível, dizem por aqui, mas seus subalternos costumam fraquejar diante do metal dourado.

Há, também, os garimpeiros fiéis a seus dominadores. Um deles, por exemplo, consegue burlar a vigilância e não entrega sua produção à Caixa Econômica. Sai com ela oculta nas roupas e vai vendê-la a **Zé Arara**, que deixou um funcionário especialmente credenciado para isso, num casebre do bairro Novo Horizonte, em Marabá. O próprio **Arara** vai lá, de vez em quando. Nos dias 19 e 20 de julho, sábado e domingo, o **doutor Curió** foi descansar em Belém. Coincidentemente, havia um apartamento reservado no hotel Itatocan, para o Sr. José Cândido de Araújo, o próprio **Zé Arara**.

Não se encontra ninguém, em Marabá, para plantar lavouras, cuidar de gado, trabalhar nos hotéis, limpar as ruas. O DNER teve de paralisar as obras da única ponte de concreto da Transamazônica, sobre o rio Itacaiúnas: todos os operários foram para o garimpo. Os médicos foram para o garimpo, e também os advogados, os funcionários do Incra, alguns estudantes de Belém, os colonos, quase todos os homens válidos dessa região e de outras.

Muitos dos miseráveis habitantes da "Cidade Nova", essa imensa favela construída do outro lado do rio Itacaiúnas, mandaram tocar fogo em seus casebres, depois de dois meses no garimpo, e no lugar daquela casa miserável construíram enormes barracões de alvenaria, recobertos de azulejo por fora e por dentro, para mostrar a riqueza adquirida. Alguns se embriagam dias e dias seguidos, acendem cigarros com cédulas de Cr$ 500,00, desfilam pelas ruas com duas, três, meia dúzia de mulheres.

Parece que todos enlouqueceram. Quem não enriqueceu com o ouro (e são muitos) sofre agora as conseqüências de tanta riqueza. O excesso de dinheiro em circulação jogou os preços para cima: em Marabá, uma galinha custa Cr$ 350,00. Faltam telhas, ferro, cimento, gás. Pedreiros, carpinteiros e marceneiros cobram caro por seus serviços; e anunciam só estar disponíveis dentro de dois, três, quatro meses.

As ruas estão abarrotadas de automóveis novos, alguns ainda sem placas. Os garimpeiros não sabem dirigi-los direito e muitos chocam-se pelas ruas empoeiradas. O padre Guido Boufler olha tudo com espanto e observa: o garimpo foi salvação para Marabá, que estava estagnada. Mas e as mulhres largadas pelos maridos? E as crianças abandonadas? E os velhos e os inválidos, que não puderam garimpar?

Chegaram sonhando com terra, paz, e riqueza. Encontraram violência, dor, miséria. Agora, o ouro e novas ilusões: são os garimpeiros de Serra Pelada

De avião, chegam os homens que trazem...

...no espírito a cobiça, a busca da independência...

...que só uma coisa pode proporcionar: o ouro

Ali acontece tudo: mortes, torturas, massacres...

Não se iludam, nem tudo é festa em Marabá, esta cidade à qual só se chegava de barco, antes da Transamazônica. Hoje a cidade tem 65 mil habitantes, com previsão de 350 mil no ano 2.000, conforme estimativa da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — Sudam. Os políticos locais sonham transformá-la na capital de um novo Estado: o Estado do Tocantins. Marabá está encravada à margem esquerda do rio Tocantins, mais exatamente no ângulo formado por este rio e seu afluente da margem esquerda, o Itacaiúnas.

Desastrada, infeliz localização. Quando chove, as águas dos dois rios sobem e inundam toda a cidade. Região difícil, essa. Uma região perigosa e tensa, tão problemática que o governo federal resolveu extinguir a ação ineficiente do Incra, colocando em seu lugar o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, o Getat, diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional. Nessa região, registram-se os mais violentos conflitos pela posse da terra no País. Ali instalaram-se, na década de 60, os guerrilheiros do PC do B. Nesta região sucederam coisas assombrosas: mortes, tortura de inocentes, massacres.

Hoje tudo está mais claro, é verdade. Aqui está o **doutor Curió**, essa carismática figura, que briga com os padres e ao mesmo tempo reúne o povo para rezar, numa curva de estrada, sob o comando de capelães-militares. Dele se ouviu uma vez esta frase: "Se o Exército não manipular o povo, a Igreja manipula". Para ele (e para a maioria dos militares da região) a Igreja católica é um valhacouto de comunistas.

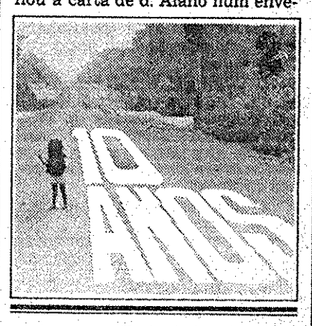
O bispo D. Alano Pena, da Prelazia de Marabá, sorri ironicamente quando ouve tão absurda acusação. Sua convivência com os militares não é fácil. D. Alano está sempre envolvido na defesa de posseiros ameaçados por grileiros ou grandes fazendeiros e, recentemente, enviou ao general Manoel de Jesus e Silva uma carta protestando contra a situação aflitiva dos posseiros da rodovia PA-150, que cruza a Transamazônica.

"Senhor General, esta situação da PA-150 está clamando aos céus, está ferindo a imagem de Deus, presente nestes posseiros, e está onerando a consciência dos que têm uma parcela de Autoridade nesta região." — escreveu o bispo — **"O Senhor general se confessa católico convicto. Pois bem, como Pastor eu lhe digo que seu sono não pode ser tranqüilo e sua fé não poderá permanecer inativa diante deste quadro, que se agrava a cada dia, já há tempos."**

Dizem que o general Manoel de Jesus ficou roxo de indignação ao ler esta carta. Como, então, vinha aquele bispo admoestá-lo, como se fosse outro general indignado? Como vinha aquele bispo pedir logo a ele, o general Manoel de Jesus, que **"agisse com rispidez e firmeza, a fim de que tenham ponto final estes desmandos?"** Como podia aquele bispo querer ensinar o padre nosso ao vigário?

"Até quando, senhor general? — insistia d. Alano Pena. **Receio que esteja para estourar coisa bem desagradável por aí, com muito sangue correndo, e nós o que vamos fazer? A Igreja não pode, sob pena de trair seu Mestre, pedir a um povo torturado pela insegurança e ameaças constantes, que tenha paciência".**

O general Manoel de Jesus enfiou a carta de d. Alano num enve-



lope e devolveu-a no mesmo dia, com o seguinte e lacônico bilhete: **"Devolvo a V. Exa. Revma. a carta datada de 25 de maio de 80 por discordar dos termos em que a mesma está vazada, manifestando minha surpresa e pesar pela forma completamente diversa das demais solicitações feitas anteriormente a este Comando".**

O general ficou também um pouco magoado, pois estava disposto a dialogar sinceramente com os religiosos de Marabá, reconhecendo até mesmo que eles tinham sido maltratados durante o período das guerrilhas. Que é mais acessível que seu antecessor, não há dúvida: aquele nem sequer recebia os padres, nem os visitava. O problema é que os conflitos pela posse da terra separam o Exército da Igreja: cada um tem o seu estilo próprio de encarar o assunto.

O padre Guido Boufler, da prelazia de Marabá, comenta que "a coisa está de tal maneira grave, digamos assim, que não há solução, a não ser que mude a lei, que dá tanta regalia à grande empresa, estimulando essa voracidade por grandes áreas de terra para especulação, principalmente agora, que a inflação reduziu a moeda a nada e é bom investimento acumular terras".

Em Xambioá, o antigo centro das guerrilhas do Araguaia, os lavradores pediram a ajuda do Exército, recentemente. O padre Guido Boufleur diz que não foram atendidos: o Exército, crítica o religioso, "cruza os braços, deixa a coisa correr". O problema é que, se o conflito se agrava, e o fazendeiro mata posseiros, nada acontece; mas, se é o lavrador que mata, há intervenção, prisão, inquérito, tudo conforme manda a lei. É bom deixar claro, porém, que isso não é o Exército que faz; não, este serviço é da Polícia Militar. O Exército está sempre ausente".

Situação difícil, delicada, sem dúvida. O general Manoel de Jesus se vê, então, diante dessa incomum situação: pressionado por esses padres que agem como comandantes militares insatisfeitos com a inércia dos subordinados. Ele deve ter ficado mais irritado ainda com a entrevista de D. Alano Pena a um jornal de Belém. D. Alano negou ser comunista, como alguns militares acusam, defendeu a ação temporal da Igreja, com a qual os militares não concordam, e tornou públicos os seus atritos com o general.

— No começo desse ano — disse ele — tivemos o novo general. Ele chegou muito interessado em manter o diálogo, como católico que ele é, em quebrar arestas, em eliminar resquícios de atritos passados, e tal e tal. Mas quando pusemos as cartas na mesa para ele definir a posição e a história da Igreja, em particular com o Exército e o Regime, ele mudou. E finalmente essa última carta que eu mandei para ele, fazendo apelo à consciência católica dele, me foi devolvida. São homens que refletem dentro de limites bem determinados e te aceitam para o diálogo dentro dos limites deles. Da feita que você se coloca fora destes limites, eles te rejeitam.

Circulam por Marabá, principalmente nos meios militares, rumores de que a guerrilha pode voltar. D. Alano acha essa possibilidade remotíssima: "O controle é exercido de tal maneira maciço, e o contingente militar deixado aqui após o episódio do Araguaia é tão numeroso, que eu acho quase impossível". Mas aí acabou falando sobre um assunto que deve ter deixado os militares com os cabelos em pé: o direito de os lavradores responderem às agressões a bala.

— Nossa posição é a seguinte: sempre que possível, apelar para os canais legais; sempre, até esgotar. Agora, se se esgotam os canais legais, e os lavradores querem partir para uma reação armada, como uma contra-resposta, é um direito deles, uma autodefesa. Se você quer matar e eu não tenho o direito, pela justiça, de me defender, e se nessa defesa eu te matar, eu estou com a justiça do meu lado. Legítima defesa.

Texto de
Luiz Fernando Emediato
Fotos de
Claudinê Petroli
Enviados Especiais

Amanhã, aventura e tragédia em Altamira